



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO – EXTRAJUDICIAL

- RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO	
Comarca/Juízo: Tomé-Açu	
Polo/Região Judiciária: 2ª Região Judiciária – Tomé-Açu	
Magistrado(a) corrigente: Lúcio Barreto Guerreiro	

EDITAL DE CORREIÇÃO	
Data da publicação: 26 de janeiro de 2024	
Data da abertura da correição: 26 de fevereiro de 2024	
Data do encerramento da correição: 27 de fevereiro 2024	
Observações:	

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: Cartório do Único Ofício de Tomé-Açu (Cartório Samuel Cruz – nome fantasia)	
Código Nacional da Serventia (CNS):068601	CNPJ: 04.362.299/0001-85
Endereço: Rua 21 de Abril, s/n, Quatro Bocas, CEP 68.682-000, Tomé Açu/PA.	
Telefone fixo:	Celular: (91) 99159-2235
e-mail: cscimoveis@hotmail.com	Celular Plantão (RCPN): (91) 99156-5124
ATRIBUIÇÕES	
(X) Tabelionato de Notas (X) Tabelionato de Protesto (X) Registro de Imóveis (X) Registro de Títulos e Documentos	(X) Registro Civil das Pessoas Naturais (X) Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: BENEDITO CARVALHO DA CRUZ	
Status do(a) responsável: (x) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 065.300.522-91
Endereço: Travessa Barão do Triunfo, nº 2515, Pedreira, CEP 66.087-270, Belém/PA.	Ato de nomeação: Decreto Estadual. Data da posse / exercício: 10/01/1985
Telefones: (91) 99309-5443.	Obs. Encaminhada cópia via e-mail E-mail: cscimoveis@hotmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Glaucemir da Cruz Couto e Walner Socorro da Cruz Lima	
CPF: 583.971.672-34	Portaria de designação: Portaria Interna nº 02/2010 e 03/2022
Endereço: Rua Dr. José da Gama Malcher, nº 211, Pedreira, CEP 68.680-000	Telefones: (91) 99129-3907. E-mail: cscimoveis@hotmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: O livro apresentado estava desatualizado
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: O horário de funcionamento da serventia é das 08:00 às 15:00 (atendimento externo) e das 15:00 às 16:00 (apenas trabalhos internos).
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: A serventia funciona em um prédio térreo (casa adaptada), compatimentado em diversas salas. Em que pese haver salas refrigeradas, a espera dos usuários é feita do lado de fora, compelindo os usuários à espera sujeita às intempéries para adentrar na sala para efetivo atendimento, o que se apresenta indevido. Tal ocorre por exemplo nos serviços de autenticação e de reconhecimento de firmas, onde há cadeiras plásticas do lado de fora. O local onde funciona o serviço de RCPN também é inadequado, menos refrigerado, desorganizado, insalubre e sem mobiliário que permita o mínimo de conforto nos atendimentos realizados. O prédio como um todo possui umidade excessiva, havendo locais, como o arquivo, que se apresentam insalubridade para a permanência de colaboradores, bem como expõem ao risco de deteriorização e incêndio (o arquivo principal fica localizado ao lado da cozinha). Faz-se necessária urgente adequação assim como a aquisição de desumidificadores para o arquivo.
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: A maioria do mobiliário é inadequado para os usuários e colaboradores, devendo ser substituído.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços;</p> <p>b) horário de funcionamento;</p> <p>c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram apresentadas.</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Possui relativa segurança em relação ao acesso de terceiros, pois fica em local interno, todavia a umidade existente no local pode vir a prejudicar a conservação.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Necessita de adequações pois o bebedouro na área de espera externa estava bastante deteriorado, dificultando o uso. Havia cadeiras plásticas dispostas na área externa e outras em áreas internas, com cores e tamanhos diferentes, sem organização do espaço, mobiliário envelhecido, e com áreas de espera com climatização insuficiente ou sem refrigeração alguma.</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informou o cartorário, está sendo providenciado uniforme. Não houve reclamações por ocasião da correição.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Reside na cidade.</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, conforme já explicitado em item anterior.</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o Atendimento às prioridades é feita de acordo com a avaliação dos colaboradores.</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: As senhas são distribuídas manualmente.</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Percebeu-se uma pequena fila na autenticação e reconhecinto de firmas, havendo tão somente 02 (dois) guichês de atendimento, sendo necessário avaliar o aumento para, pelo menos, mais um atendimento deste serviço.</p>
21	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe afixada no mural do cartório uma tabela de emolumentos atualizada.</p>
22	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os recibos são emitidos automaticamente a cada serviço realizado.</p>
23	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamações por ocasião da correição.</p>
24	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Encaminhadas via PJE.</p>
26	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os problemas pontuais de escrituração foram reportados nos relatórios específicos</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

27	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ao final dos relatórios constam as recomendações para cessação de algumas práticas viciosas, principalmente as relacionadas com a falta de atendimento tempestivo das ordens recebidas pelas Centrais Nacionais bem como realização das comunicações obrigatórias (ONR, CRC, SIRC e CENSEC)</p>
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tabela fixada na área externa da serventia.</p>
29	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. O Arquivo encontra-se em local sem qualquer ventilação, com muita umidade e mofo, tornando-se local insalubre para permanência de colaboradores.</p>
30	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, "backup" em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o serviço contratado de back up do próprio sistema utilizado na serventia (Extradigital). Não possui backup em nuvem externo (físico ou digital). Existe também um back up físico feito semanalmente pelo servidor Rosivalso.</p>
31	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas a substituta Waner é Bacharel em Direito. O Substituto Glaucemir é contador.</p>
32	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi apresentado. Foi apresentado um livro/pasta com os relatórios de correições realizadas.</p>
35	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, "a" a "m")? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O livro é escriturado de forma correta, permitindo identificar de forma clara o respectivo ato praticado.</p>
36	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: O Livro de controle de depósito previo está escriturado no Sistema ExtraDigital, e sua impressão é dispensada.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

37	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Falta acrescentar a existência e localização da unidade interligada.</p>
38	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
39	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. O acervo encontra-se todo digitalizado com o prazo de transporte para o SREI até 01/04/2024. Quanto ao Registro Civil e alimentação do CRC, a serventia conseguiu fazer até 2010, não havendo digitalização do período anterior, com a inclusão no CRC. Constaram na tela dos sistemas cerca de 8.200 pendências de carregamento na CRC, o que deve ser imediatamente tratado para regularizar a situação, em especial em razão do “Registre-se”, instituído pelo Provimento CNJ 140/2023. Em relação à atribuição de notas, informam que os atos já estão sendo praticados diretamente no sistema extradigital. Contudo foram identificadas pendências atuais e pretéritas na CENSEC que se mantiveram até a consolidação do presente relatório. Quanto aos protestos, são realizados exclusivamente de forma eletrônica (CENPROT Nacional e do Pará).</p>
40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: É utilizado o Sistema extradigital, compatível com o sistema de selos do TJPA</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado no sistema a utilização em ordem cronológica.</p>
43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Ao final das escrituras, limita-se a coloca o valor do selo e total de emolumentos, sem a imagem do selo, com a especificação dos valores alusivos a FRC e FRJ.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código de Normas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: As comunicações são feitas sempre ao final do dia.</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi relatado o fato de que, na mudança de sistema, a serventia teria perdido a base de dados de selos, e, até então, o sistema extradigital não conseguiu corrigir. Existem selos físicos a serem devolvidos para o TJPA. Foi encaminhado o relatório situacional para o e-mail da serventia, bem como do advogado, para regularização.</p>
48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tal como informado ao norte. Foi recomendada a imediata devolução destes selos físicos, após sua devida catalogação.</p>
49	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do novo sistema de Cancelamentos e Retificações. Houve apenas um caso que aguarda a decisão do Tribunal.</p>
50	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
51	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do sistema extradigital</p>
52	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi possível fazer a conferência, em razão de não constar nas escrituras a impressão do QRCode respectivo</p>
CERTIDÕES NEGATIVAS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

53	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>() SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
54	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
55	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
56	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada em PDF.</p>
57	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada em Correição.</p>
58	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada via PDF</p>
59	<p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentada em PDF</p>
60	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Somente em relação ao CNPJ (Positiva com efeito de negativa). Em relação ao CPF foi realizada pesquisa no site, que não permitiu a emissão. O advogado do delegatário informou que, utilizando o CPF, realizou busca por processos no site do TRF da 1ª Região, com a localização de somente 02 (dois) processos, já baixados, encaminhando a documentação via eletrônica no momento da correição.</p>
61	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia;</p> <p>(x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Foi apresentada a impressão de cada DOI quando que o necessário seria a impressão apenas do relatório de valores com as remessas mensais.</p>
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144)</p> <p>() SIM (x) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não possuem acesso ao COAF.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

63	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Nunca ocorreu nenhum caso. Não possuem cadastro</p>
64	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado em razão da ausência de cadastro e acesso ao SICOAF.</p>
66	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Informou que mantém esse banco de dados através do sistema extradigital, e, porém, o item fica prejudicado em razão da ausência de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e devido cadastramento no SISCOAF.</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Informou que mantém esse banco de dados através do sistema extradigital, e, porém, o item fica prejudicado em razão da ausência de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e devido cadastramento no SISCOAF.</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Informou que mantém esse banco de dados através do sistema extradigital, e, porém, o item fica prejudicado em razão da ausência de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e devido cadastramento no SISCOAF.</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação: 400 Megabits.

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente físico virtual

Observação: Providenciar o equipamento em 30 dias

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM NÃO

Observação: Apenas possui o back up do sistema extradigital, sendo necessário ter uma redundancia em nuvem

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

SIM NÃO

Observação: Do Windows



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui proxy? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observação: Providenciar o equipamento.</p> <p>Possui banco de dados? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: Apenas 01 (um) funcionário. Fabiano Carvalho, devendo incrementar para três pessoas capacitadas (TI) ou contratar empresa especializada.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS – LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia não se adaptou em nenhum aspecto com a LGPD, não havendo política de proteção de dados, tendo deixado de cumprir diversas disposições, devendo se adaptar e informar à Corregedoria as providências adotadas.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

76	A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Em fase de integração.
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências: Prejudicado, diante da ausência de dados de relatório anterior
79	Outras observações: Ao final dos relatórios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	<p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mantém arquivadas as DNV's sem observar a tabela de temporalidade</p>
2	<p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia mantém livros físicos e digitais</p>
3	<p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Monitoram isso via CRC e fazem no mesmo dia ou no dia seguinte. Constam pendências no relatório do CRC extraído na serventia.</p>
4	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Monitoram isso via CRC e fazem no mesmo dia ou no dia seguinte. Contudo, foi verificado no relatório de pendências do CRC o não cumprimento e respeito ao prazo nessas comunicações</p>
5	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Fixam no mural da serventia. Não utilizam o e-proclamas embora tenham acesso</p>
6	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D – de registro de proclamas", prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi consultado o último livro. Identificou-se em alguns editais a ausência do endereço das partes, fazendo-se referência apenas à cidade de Tomé-Açu. Após consulta a dois processos de habilitação em que constatada tal situação, foi identificada a ausência dos endereços declarados bem como dos comprovantes de residência dos nubentes.</p>
7	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Valdomiro Espírito Santo da Silva, que está afastado por doença no momento. O próprio cartório remunera o serviço.</p>
8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi possível confirmar essa informação considerando que nos processos de habilitação consultados não constava nenhum comprovante ou declaração de residência mesmo quando preenchido o endereço completo quando os nubentes residem na zona rural. Os registros em que não consta o endereço, indicam apenas o município de Tomé-Açu, não há assinatura das testemunhas, da escrevente, nem do Juiz de Paz.</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram verificados vários assentos em razão da dificuldade de identificação dessa informação pois em alguns assentos constava apenas a indicação do município de tomé-açu.</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não consta a qualificação completa das testemunhas (sem endereço), nem as entrevistas das testemunhas</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não realizam esse procedimento</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não realizam a comunicação para os órgãos de identificação civil</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO <p>Observações/Providências: Não souberam informar pois não ocorreram casos.</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Na porta de entrada da área destinada ao registro civil</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Está afixada a informação na porta de entrada da área destinada ao registro civil. A serventia ainda não tem sitio eletrônico.</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam a consulta prévia apenas no SIRC</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca apareceram casos, foi relatada a existência de dois moradores de rua apenas na cidade</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não realizam essa rotina</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram identificadas diversas pendências no CRC. No Sirc também (ver relatório de erros gerados no último ano).</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia apresenta diversas pendências no CRC. Foi informada a alimentação do SIRC de forma autônoma.</p> <p>No dia em que a equipe de correição verificava o RCPN, 27/02/24, a Sra Telma Sueli, genitora do menor Daniel Matias de Sousa, se apresentou pedindo atendimento pois a agência do INSS não havia localizado a inserção da certidão de nascimento do menor no sistema, o que impedia o procedimento para obtenção do benefício salário-maternidade. Ao realizar a pesquisa, o funcionário do cartório constatou o erro de grafia no lançamento do sobrenome do menor, que apresentava “z” ou ao invés de “s”.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Informaram que realizam mas não apresentaram os comprovantes por ocasião da correção.</p>
25	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado. Não há informações de correção anterior pela Corregedoria Geral de Justiça do Pará.</p>
26	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: falta enviar a documentação para que a unidade seja cadastrada pois funciona no hospital municipal</p>
27	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	<p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do Sistema Extradigital</p>
2	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
3	<p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Encerramento diário feito pelo proprio sistema Extradigital.</p>
4	<p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: de acordo com o Sistema ja parametrizado na fora da lei.</p>
5	<p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
6	<p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme observado em correção da análise por amostragem.</p>
7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em parte. O indicador pessoal encontra-se totalmente informatizado por meio de buscas no sistema. Todavia, o indicador real encontra-se deficiente para a localização por endereço.</p>
8	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem cadernos com a documentação respectiva.</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme apresentado em correição</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há divisão de nova circunscrição territorial no município.</p>
16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrais, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Informou a ausência de ocorrências.</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Matrícula 2964 (Livro 2-E) de 16/12/1991, sendo a única matrícula de terras indígenas conforme informado pela serventia.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº 89/2019 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informou o Registrador, as matrículas ja se encontram digitalizadas, todavia as imagens não foram transportadas para o sistema.</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa, da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: devem ser feitas via pje ao magistrado da comarca</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informada a ausência de casos. Segundo informou o registrador, existe apenas uma terra indígena registrada no cartório. Todavia, o referido território registrado não se encontra com seus dados inseridos em nenhum sistema de georreferenciamento, tendo sido recomendado a imediata inclusão para evitar registros sobrepostos sobre a área. Foi recomendado o uso do sistema MAPA do Colegio Registral do Brasil.</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês? (Provimento CNJ nº 115/2021) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O delegatário informou que estaria solucionando as pendências de pagamento. Item não cumprido.</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme consulta ao módulo Correição do Ofício Eletrônico</p>
26	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 21/02/2024.</p> <p>Observações/Providências: Foi extraído novo relatório no dia 26.06.2024, por ocasião da consolidação das informações apuradas durante a correição.</p>
27	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

28	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O livro existe e foi aberto somente em 2011, após orientação ao Registrador. Todavia, encontra-se em branco, sob o argumento de que, desde então, não ocorreu nenhuma aquisição de imóvel rural por estrangeiro, nem mesmo japoneses.</p>
29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observação: Não há casos.</p>
32	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Porém, conforme relatório extraído em 26.06.2024 do Módulo Correição/Ofício Eletrônico-ONR, existem diversas pendências e ordens não cumpridas dentro do prazo legal.</p>
34	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: No dia da correição foram constatadas 39 pendências, número que não se apresenta relevante, mas que deve ser observado o prazo para resposta às solicitações. Em 26.06.2024 foi extraído relatório atualizado e permanecem solicitações já fora do prazo.</p>
35	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informado que o corregedor permanente da Comarca havia concedido o prazo até o dia 01/04/2024 para concluir, considerando que todo acervo já foi digitalizado pendente unicamente de alimentação da plataforma.</p>
36	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

37	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
38	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção anterior? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado. Não há informações de correção anterior pela Corregedoria Geral de Justiça do Pará.</p>
	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TABELIONATO DE NOTAS	
1	<p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
2	<p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
3	<p>Mantém fichário de cartões de autógrafo? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em Formato Físico e Digital</p>
4	<p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme apresentação feita por ocasião da correção pela servidora Juliana Rodrigues. Foi verificada a escritura nº 143 do Livro 28.</p>
5	<p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
6	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi encontrada a escritura 00408 do livro 28, fl. 74 que estava não assinada e declarada cancelada pela corregedoria. Foram encontrados diversos versos de folhas em branco que devem receber imediatamente o carimbo "em branco".</p>
7	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os livros são encerrados, todavia não são encadernados.</p>
9	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Regularizar no prazo de 30 (trinta) dias.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A Censec nunca foi alimentada, constando com 100% (cem por cento) de pendências atuais e pretéritas. Foram identificadas 388 pendências da CEP, 411 na CESDIN e 2 na RCTO (print de tela e relatório em anexo). Informações coletadas no dia correição.</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Recomenda-se a utilização de um livro de autenticidade, para registrar presencialmente a pessoa.</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não utilizam</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: 100% de pendências. Foram identificadas 388 pendências da CEP, 411 na CESDIN e 2 na RCTO (print de tela e relatório em anexo). Informações coletadas no dia correição.</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: 100% de pendências. Foram identificadas 388 pendências da CEP, 411 na CESDIN e 2 na RCTO (print de tela e relatório em anexo). Informações coletadas no dia correição.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 21/02/2024.</p> <p>Observações/Providências:</p>
26	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há informação da existência de correição extrajudicial realizada pela Corregedoria Geral de Justiça do Pará.</p>
27	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS	
1	<p>Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Recebem os pedidos pelas centrais nacional e estadual</p>
2	<p>Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
3	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Quando o cliente paga, já é lançado no sistema extradigital e geram o boleto na central estadual, que é emitido e pago no mesmo dia, conforme evidência apresentada</p>
4	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
5	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: As notificações, cartas de anuência e boletos mais recentes (dois meses) permanecem na sala destinada à prática dos atos relativos à atribuição</p>
6	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. O livro de protocolo possui coluna com a indicação "Esp" que dificulta a identificação da natureza do título.</p>
7	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro 12, último em uso (a serventia mantém o uso de livro físico)</p>
8	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro 110, último em uso</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A maioria é recebida eletronicamente e, portanto, já estão assinadas digitalmente (com certificado digital padrão ICP-Brasil)</p>
10	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o lançamento no último livro encerrado (109), sendo constada a assinatura do Tabelião Titular. Foi relatada pouca demanda, inclusive para o cancelamento.</p>
11	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A escrituração dos índices é realizada de forma exclusivamente eletrônica, pelo sistema extradigital, indicando os dados exigidos</p>
13	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: São efetivadas por protocolo através de preposto do próprio cartório, existindo o campo de destaque para o controle pela serventia</p>
14	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? () SIM () NÃO (x) PREJUDICADO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não ocorreram casos</p>
15	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A maior demanda é proveniente da central nacional e estadual e as informações estão organizadas. Portanto, não foi relatada dificuldade de cumprir o referido dispositivo</p>
16	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme print de tela</p>
17	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
19	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
20	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
21	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
22	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
23	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Print de tela coletado</p>
24	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado por ausência de informações sobre a última correção efetivada pela Corregedoria. No entanto, foi relatado que o Corregedor Permanente da Comarca havia apontado como única pendência uma folha em branco no livro e foi regularizado (correção do juiz de registros públicos)</p>
25	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOSE CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS

1	<p>O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui campo para indicação da qualidade do lançamento nem possui campo para anotações e averbações</p>
2	<p>Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: não possui a informação relativa à espécie do lançamento a fazer</p>
3	<p>3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foi verificado o livro em uso (A-4)</p>
4	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Arquivam em conjunto as cédulas de crédito bancário do RTD e REGISTRO DE IMÓVEIS. Os documentos relativos aos atos do ofício em pastas físicas com a reimpressão da etiqueta para identificação mais célere. Porém todo o material recebido é digitalizado e lançado no sistema.</p>
5	<p>São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Como possuem pouco movimento, conseguem protocolar e anotar no mesmo dia e consta no livro de protocolo o lançamento do registro, com a indicação do livro e número de ordem. Verificado o livro em uso.</p>
6	<p>É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
7	<p>Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não ocorreram casos, mas conhecem o procedimento.</p>
8	<p>São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há coluna/campo destinado às anotações. Foi informado que destinam o verso das folhas para tal finalidade, com a aposição de etiqueta ou então em uma nova folha, fazendo referência ao protocolo e ao registro respectivo. Mas não se recordam de casos em que o apresentante tenha exigido a notificação de que trata o art. 160 da Lei. 6.015/73.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possuem indicador pessoal, mas possuem o controle dos dados catalogado no sistema como “Livro Indicadores Pessoais – Pesquisa e impressão de indicadores”. Livro digital não gerado nem disponibilizado.</p>
10	<p>Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possuem o livro mas nunca foi utilizado, e, por isso está no arquivo da serventia.</p>
11	<p>Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, foi verificado o livro em uso (A-009)</p>
12	<p>Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Estão arquivados por livro, porém sem índices físicos, apenas busca pelo sistema</p>
13	<p>A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possuem os livros D, E, F e G.</p>
14	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Centrais RTDPJ sem pendências conforme print de tela.</p>
15	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Centrais RTDPJ sem pendências conforme print de tela.</p>
16	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Centrais RTDPJ sem pendências conforme print de tela.</p>
17	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Centrais RTDPJ sem pendências conforme print de tela.</p>
18	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Centrais RTDPJ sem pendências conforme print de tela.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814 () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
20	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências: Prejudicado. Não há informações de correição realizada pela Corregedoria Geral de Justiça do Pará.
21	Providências a serem adotadas: Ao final das recomendações e orientações relativas a todos os relatórios de correição

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

- RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

01. Atualizar o Livro de Registro de Empregados (Item 01). **PRAZO: IMEDIATO.**
02. Providenciar as adequações físicas da serventia para melhor atendimento ao público, contemplando a salubridade desejável com desumidificadores, espera em espaço refrigerado, com longarinas e demais mobiliários adequados sob o aspecto ergonômico aos usuários e colaboradores da serventia. Também devem ser providenciados armários, mesas e estações de trabalho que permitam o correto armazenamento e manuseio de documentos, com o mínimo necessário à adequação prestação dos serviços. A serventia deve providenciar a substituição por novo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

mobiliário e equipamentos de informática atualizados com parâmetros mínimos de segurança das informações contidas em meio físico e digital (Itens 05 e 06). **PRAZO: 30 DIAS.**

03. Apresentar o Alvará emitido pelo Corpo de Bombeiros bem como o Alvará de funcionamento (Item 09). **PRAZO: IMEDIATO.**

04. Cumprir o art. 22 do Provimento Conjunto nº 002/2019-CJRMB/CJCI (CNSNR). Deve apresentar Plano de Ação para organização dos Arquivos e Papéis da Serventia, de forma a organizar o arquivamento seguro de livros e documentos (Item 10). **PRAZO: 10 DIAS**

05. Adequar o espaço de atendimento às pessoas, providenciando longarinas e bebedouros novos, assim como a adequada refrigeração/climatização dos ambientes de espera e de atendimento aos usuários, possibilitando conforto mínimo (Item 12). **PRAZO: 30 DIAS.**

06. Apresentar planejamento voltado ao efetivo aumento dos guichês destinados aos serviços de autenticação e reconhecimento de firmas, devido às filas e esperas de atendimento verificadas durante a correição (item 20). **PRAZO: 10 DIAS.**

07. Apresentar plano de ação para tratamento adequado dos livros e arquivos existentes na serventia, organizando todo o acervo em arquivo físico e mobiliário adequado, protegendo-o da insalubridade e da umidade (Item 29). **PRAZO: 30 DIAS.**

08. Providenciar a redundância de backup em nuvem, seja realizando o backup diário de forma física ou contratando o serviço de backup em nuvem (Item 30). **PRAZO: 10 DIAS.**

09. Designar escreventes substitutos com formação adequada (bacharelado em Direito) (Item 31). **PRAZO: 10 DIAS**

10. Providenciar o Livro de Visitas e Correições, escriturando-o adequadamente (Item 34). **PRAZO: 05 DIAS**

11. Regularizar a alimentação da existência e localização da unidade interligada no sistema Justiça Aberta, comprovando o envio das informações requeridas para tal regularização junto ao CNJ (Item 37). **PRAZO: 15 DIAS**

12. Comprovar o término do transporte das matrículas para o SREI e apresentar plano de digitalização, digitação e efetiva integração de todo o acervo de RCPN na CRC, solucionando as 8.200 pendências de carregamento de forma imediata bem como as pendências atuais e pretéritas na CENSEC (item 39). **PRAZO: IMEDIATO**

13. Fazer constar a imagem do selo digital com o respectivo QRCODE nos livros de Notas (Item 43). **PRAZO: IMEDIATO**

14. Esclarecer a ausência de transmissão dos selos digitais de forma imediata, passando a enviar, imediatamente, ao sistema de informação do TJPA os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 46). **PRAZO: IMEDIATO.**

15. Apresentar as respostas às notificações e pendências de prestação de contas de selos, conforme relatório situacional da SEPLAN, apresentando os documentos comprobatórios dessa regularização (Item 47). **PRAZO: 30 DIAS.**

16. Proceder à catalogação e imediata devolução dos selos físicos pendentes ao Tribunal (Item 48). **PRAZO: IMEDIATO**

17. Comprovar que está ocorrendo a impressão regular do QRCODE referente a todos os selos digitais impressos nos livros da serventia, inclusive nos livros de escrituras (Item 52). **PRAZO: IMEDIATO**

18. Comprovar regularidade fiscal municipal pelo CPF do Delegatário e CNPJ da serventia, mediante apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa ou negativa (item 55). **PRAZO: 30 DIAS.**

19. Comprovar regularidade fiscal federal pelo CPF do Delegatário, mediante apresentação de certidão conjunta positiva com efeitos de negativa ou negativa de tributos federais e à Dívida Ativa da União (item 60). **PRAZO: 30 DIAS.**

20. Apresentar comprovante de transmissão da DOI dos últimos doze meses (relatório de valores com remessas mensais realizadas) (Item 61). **PRAZO: 10 DIAS.**

21. Providenciar a regularização de cadastro, acesso e comunicações legais no sistema COAF (SISCOAF), conforme determina o art. 144 e ss. do Provimento CNJ 149/2023, devendo, ainda, implementar e observar políticas de prevenção e enfrentamento à lavagem de dinheiro, mantendo todos os cadastros exigidos pela legislação vigente (itens 62 a 68). **PRAZO: IMEDIATO para regularização do cadastro e inclusão do oficial de cumprimento e de 30 DIAS para elaboração e implementação das políticas e medidas de prevenção à lavagem de dinheiro.**

22. Cumprir os requisitos mínimos de tecnologia da informação para serventias de grande porte, devendo dispor dos equipamentos de *storage*, proxy, serviço de backup e o incremento das pessoas capacitadas para operação do sistema e das cópias de segurança (no mínimo 03, ou empresa contratada) (Item 70). **PRAZO: 30 DIAS**

23. Apresentar todas as medidas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, desde o mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais (coleta, processamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, por atribuição, nos termos do Provimento CNJ 134/2023), rotinas e treinamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

dos colaboradores da serventia, disponibilização da política, de formulário assim como a designação do encarregado de proteção de dados (Itens 71 a 75). **PRAZO: 30 DIAS**

24. Colacionar comprovação da integração ao SERP (Item 76). **PRAZO: IMEDIATO**

- RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

01. Observar a tabela de temporalidade para eliminação das DNV's (Item 1). **PRAZO: IMEDIATO**

02. Comprovar a regularização das pendências identificadas na CRC, cumprindo as ordens judiciais e comunicações recebidas dentro do prazo legal de cinco dias (Itens 3 e 4). **PRAZO: IMEDIATO**

03. Utilização do e-proclamas para publicação legal dos editais (item 5). **PRAZO: IMEDIATO**

04. Regularizar a escrituração do livro "D – registro de proclamas", fazendo constar o endereço completo dos nubentes, a fim de verificar a territorialidade dos atos (Item 6). **PRAZO: 30 DIAS.**

05. Observar a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento, devendo regularizar a escrituração dos livros bem como a instrução dos respectivos processos de habilitação atuais e pretéritos com o comprovante ou declaração de residência, bem como coletar as assinaturas devidas, inclusive de testemunhas, dos escreventes e do juiz de paz, sob pena de nulidade dos atos praticados (Item 9). **PRAZO: 30 DIAS**

06. Coletar adequadamente os dados relativos ao local de falecimento ou do lugar de residência do *de cujus* para a adequada identificação da territorialidade, abstendo-se de indicar apenas o município de forma genérica na qualificação (item 10). **PRAZO: IMEDIATO**

07. Abster-se de realizar o procedimento de registro tardio sem a observância dos requisitos legais estabelecidos pelo Provimento CNJ 149/2023, devendo qualificar de forma completa as testemunhas e entrevistá-las. O delegatário deve submeter todos os registros tardios processados extrajudicialmente com os respectivos documentos apresentados junto à serventia à apreciação do Juízo de Registros Públicos, para fins de verificação da validade dos registros lavrados (Item 11). **PRAZO: IMEDIATO**

08. Encaminhar ao Juízo competente, pelo sistema PJE - classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade, as certidões de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, nos termos do art. 2º da Lei Federal n. 8.560/92 (Item 12). **PRAZO: IMEDIATO**

09. Realizar a comunicação aos órgãos de identificação civil e ao TSE após o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei n. 6.015/73 (Item 13). **PRAZO: IMEDIATO**

10. Proceder a consulta prévia obrigatória da DNV junto à Central de Informações de Registro Civil – CRC, conforme recomendação nº 43/CNJ/2019 (Item 18). **PRAZO: IMEDIATO**

11. Formalizar a notificação ao Juízo Corregedor Permanente da Comarca, Ministério Público e/ou Polícia Civil em caso de lavratura de registro de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos (Item 21). **PRAZO: IMEDIATO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

para os novos registros e 30 DIAS para apresentar plano de ação contemplando a regularização do envio da notificação relativa a, pelo menos, os últimos cinco anos com tais ocorrências.

12. Regularizar todas as pendências na CRC quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia, podendo apresentar plano de ação apenas para o tratamento das digitalizações do acervo antigo (Itens 22 e 23). **PRAZO: 15 DIAS.**

13. Regularizar todas as pendências existentes no SIRC, implementando rotinas que impeçam o cometimento de erros de digitação nos dados alimentados por afetar diretamente os benefícios administrados pelo INSS, conforme verificação no dia da Correição (Item 23). **PRAZO: 15 DIAS.**

14. Apresentar os últimos comprovantes de envio das comunicações mensais obrigatórias ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral e demais repartições e autoridades, conforme determina o art. 49 da Lei nº 6.015/73 (Item 24). **PRAZO: 15 DIAS**

15. Comprovar o envio, ao CNJ, da documentação faltante para o cadastro da unidade interligada no Justiça Aberta (Item 26). **PRAZO: 15 DIAS**

- RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:

01. Recomendação para que se abstenha de efetivar o cancelamento das prenotações após decorridos 20 dias do seu protocolo caso o registro não tenha sido feito no prazo por falta de análise e/ou providências efetivadas pela própria Serventia (Item 5). **PRAZO: IMEDIATO**

02. Regularizar a escrituração eletrônica do Livro nº 4 – Indicador Real para permitir a localização por endereço. **PRAZO: 15 DIAS**

03. Concluir o transporte das matrículas junto ao SREI/ONR, comprovando a realização tempestiva das digitalizações, alimentação e carga das informações junto ao ONR (Item 7). **PRAZO: 15 DIAS**

04. Caso a parte discorde da Nota de Exigência, efetivar o encaminhamento da suscitação de dúvida, via PJE, ao Corregedor Permanente da Comarca (itens 21 e 22). **PRAZO: IMEDIATO.**

05. Utilizar e alimentar o Mapa de Registro de Imóveis do Brasil do Colégio de Registradores de Imóveis – CRI (<https://mapa.onr.org.br/>) , a fim de proceder o imediato lançamento das informações de georreferenciamento das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

áreas registradas, realizando a inclusão prioritária da única terra indígena registrada na serventia, a fim de evitar qualquer sobreposição (Item 23). **PRAZO: 15 DIAS.**

06. Efetivar o pagamento de todas as pendências na apuração e recolhimento do FIC/SREI (Item 24). **PRAZO: 48 HORAS**

07. Regularizar todas as pendências existentes no Ofício Eletrônico/ONR, atendendo às ordens recebidas dentro do prazo legal, apresentando as evidências respectivas (Itens 33 e 34). **PRAZO: 05 DIAS.**

08. Regularizar o transporte das matrículas para o ONR, devendo comprovar o efetivo envio do Cronograma de Dados pois figura no rol de serventias que deixaram de enviar inclusive o cronograma ao ONR (Item 35). **PRAZO: 48 HORAS**

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:

01. Apor o carimbo “EM BRANCO” em todos os versos das folhas em branco no Livro de Escrituras em uso e nos livros já encerrados, devendo apresentar evidências fotográficas dessa providência (Item 6). **PRAZO: IMEDIATO**

02. Regularizar e fazer com que todas as pessoas que comparecem aos atos, inclusive o tabelião, substituto e escrevente rubriquem todas as folhas utilizadas na margem que não é destinada à encadernação (Item 7). **PRAZO: IMEDIATO para os livros em uso e 30 DIAS para regularização dos demais.**

03. Encadernar todos os livros já encerrados em observância ao art. 87, §2º do Código de Normas (Item 8). **PRAZO: 30 DIAS**

04. Providenciar a integração e utilização do e-Notariado, bem como instituir a matrícula notarial eletrônica (Itens 9 e 10). **PRAZO: 30 DIAS.**

05. Comprovar a regularização de todas as pendências atuais e pretéritas na CENSEC, estabelecendo rotina para cumprir o envio das informações até o 15º dia do mês subsequente ao da lavratura dos atos (Item 11). **PRAZO: 90 DIAS**

06. Recomenda-se a abertura e utilização de um livro de autenticidade a fim de possibilitar o registro presencial da pessoa (Item 13). **PRAZO: IMEDIATO**

07. Utilizar, alimentar e atualizar os dados do Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN), observando o prazo de até 15 dias para envio das informações regulares ao Colégio Notarial do Brasil (Item 14). **PRAZO: IMEDIATO**

08. Regularizar todas as pendências na CENSEC quanto à alimentação periódica sobre a existência ou não de escrituras e procurações públicas, referentes ao período atual e pretéritos (Item 17) **PRAZO: IMEDIATO para os períodos atuais (últimos seis meses) e 30 DIAS quanto aos períodos em atraso, superiores a seis meses.**

09. Regularizar todas as pendências de carga das informações dos atos notariais já lavrados regressivamente na CENSEC (Item 18) **PRAZO: IMEDIATO para os períodos atuais (últimos seis meses) e 30 DIAS quanto aos períodos em atraso, superiores a seis meses.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS

01. Adequar o livro Protocolo a fim de que contemple as colunas destinadas todas as anotações, nos termos do art. 32 da Lei n. 9.492/97 (Item 6). **PRAZO: 30 DIAS.**

- RELATÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DA PESSOA JURÍDICA (RTD/RCPJ)

01. Adequar o Livro A para que conste o campo indicativo da espécie e da qualidade do lançamento, bem como para anotações e averbações (Itens 1, 2 e 8). **PRAZO: 30 DIAS**

02. Cumprir o disposto no art. 160, §1º da Lei n. 6.015/73, abstendo-se de fazer anotações nos versos das folhas, devendo utilizar as colunas de anotações do livro competente, à margem dos respectivos registros, para lavratura dos certificados de notificação ou da entrega de registros (Item 8). **PRAZO: IMEDIATO**

03. Providenciar, de forma imediata, a geração do Livro "D" – Indicador Pessoal, escriturando-o na forma determinada pelo art. 132, IV e 138 da Lei n. 6.015/73 (Item 9). **PRAZO: 30 DIAS**

04. Providenciar e escriturar os livros D, E, F e G (Item 13). **PRAZO: 30 DIAS**

05. Aderir à Redesim, em cumprimento à Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ, conforme Decisão/Ofício Circular proferida no PJECOR n. 0004223-03.2023.2.00.0814 (Item 19). **PRAZO: IMEDIATO**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Designação do Delegatário

Anexo II – Atos de designação dos escreventes e substitutos

Anexo III – Comprovantes de recolhimento das obrigações previdenciárias e FGTS apresentados

Anexo IV – Relação de Funcionários e fichas de registro de emprego

Anexo V – Consultas aos sistemas CRC e SIRC (prints extraídos e relatórios de pendências)

Anexo VI – Pendências CENSEC

Anexo VII – ONR – Comprovante de cadastro e Relatórios de Atrasos

Anexo VIII – Prints de tela Centrais CENPROT e RTPJ

Anexo IX - Fotos da Serventia

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO Assinado de forma digital por
GUERREIRO:8176 LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2024.07.02 09:06:47 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO
Juiz Corregedor da CGJ

MONIQUE SOARES Assinado de forma digital por
LEITE:84396580282 MONIQUE SOARES
LEITE:84396580282
Dados: 2024.07.02 10:20:19 -03'00'

MONIQUE SOARES LEITE
Analista Judiciário da CGJ